



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Exmº Senhor Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Sidney Sanches

PROPOSTA DE INDICAÇÃO Nº 053/2022

EMENTA:

A partir da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), a principal fonte de custeio das entidades sindicais foi suprimida, sem debate, discussão, tampouco um período de adaptação ou transitoriedade capaz de possibilitar que as entidades integrantes sindicais se organizassem. A circunstância vem atingindo, maleficamente, o Sistema Confederativo de Representação Sindical previsto no art. 8, inciso IV, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, formado pelas Confederações, Federações e Sindicatos, posteriormente integrado pelas Centrais Sindicais. O fim da Contribuição Sindical, na forma como prevista na antiga redação do artigo 579 da CLT, vem acarretando o enfraquecimento quando não o próprio encerramento das atividades das entidades sindicais, cessando a prestação de serviços e deixando as categorias representadas desprotegidas. Central Sindical.

Palavras-chave: Sindicato, Federação, Confederação, Sistema Confederativo, Contribuição, Custeio. Central Sindical.

Senhor Presidente,

O sistema confederativo de representação sindical, representado pelas confederações, federações e sindicatos previsto no art. 8º, inciso IV da Constituição Federal, comporta inúmeras obrigações para com os integrantes das respectivas categorias profissionais, previstas no art. 592, incisos II a IV, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT:

Art. 592

[...]

II - Sindicatos de empregados: [\(Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

a) assistência jurídica; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

- c) assistência à maternidade; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- d) agências de colocação; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- e) cooperativas; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- f) bibliotecas; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- g) creches; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- h) congressos e conferências; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- i) auxílio-funeral; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- j) colônias de férias e centros de recreação; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- l) prevenção de acidentes do trabalho; ([Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- m) finalidades deportivas e sociais; ([Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- n) educação e formação profissional. ([Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- o) bolsas de estudo. ([Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))

III - Sindicatos de profissionais liberais: ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))

- a) assistência jurídica; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- c) assistência à maternidade; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- d) bolsas de estudo; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- e) cooperativas; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- f) bibliotecas; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- g) creches; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- h) congressos e conferências; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- i) auxílio-funeral; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- j) colônias de férias e centros de recreação; ([Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- l) estudos técnicos e científicos; ([Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- m) finalidades desportivas e sociais; ([Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))
- n) educação e formação profissional; ([Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976](#))



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

o) prêmios por trabalhos técnicos e científicos. [\(Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

IV - Sindicatos de trabalhadores autônomos: [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

a) assistência técnica e jurídica; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

c) assistência à maternidade; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

d) bolsas de estudo; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

e) cooperativas; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

f) bibliotecas; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

g) creches; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

h) congressos e conferências; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

i) auxílio-funeral; [\(Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

j) colônias de férias e centros de recreação; [\(Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

l) educação e formação profissional; [\(Incluída pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976\)](#)

m) finalidades desportivas e sociais;

Para custear os serviços acima, referido sistema contava, até a Reforma Trabalhista ocorrida em 2017, com a Contribuição Sindical, que correspondia a um dia de trabalho por ano de cada empregado, conforme dispunha o artigo 579 da CLT. Era essa a principal fonte de receita do sistema por mais de 74 anos, desde 1943 até 2017.

O montante recolhido era, por previsão legal, repartida entre a confederação, federação e sindicato, nos seguintes percentuais: sindicato – 60%; federação – 15%, confederação – 5% e a União (conta especial de emprego e salário – 20%.

Em 2017, o Congresso Nacional aprovou a Lei 13.467/2017, extinguindo, entre outros direitos da classe trabalhadora, a Contribuição Sindical, até então obrigatória para todos os membros da categoria profissional. Desde então, e sem que houvesse debate com os interessados, sem a concessão de um período razoável de transição ou até mesmo a criação de fonte alternativa de custeio, a Contribuição em favor das entidades sindicais passou a ser facultativa. O resultado é de conhecimento de todos. À mingua de recursos, houve o esfacelamento do sistema confederativo, com o encerramento das atividades de inúmeras entidades sindicais, que prestavam relevantes serviços para suas categorias profissionais, tais



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

como homologação, assessoria jurídica, planos odontológico e de saúde, ações coletivas e individuais, negociações coletivas para firmar acordos e convenções coletivas.

A situação precária atinge as entidades sindicais de alto a baixo. Lembre-se que a Lei 11.648, de 31 de março de 2008, reconheceu formalmente as Centrais Sindicais. Estas, por sua vez, após cumprirem os critérios para a certificação pelo Ministério do Trabalho e Emprego (filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos, distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional), poderiam receber o percentual de 10% (dez por cento), para manutenção de suas estruturas e atividades.

No entanto, o fim da Contribuição, um dos malefícios da Lei 13.467/2017, acarretou, repentinamente, à demissão de empregados, dispensa da assessoria jurídica, fim dos atendimentos aos trabalhadores e até mesmo o encerramento das atividades de muitos sindicatos.

A situação levou, inclusive, à apresentação de questionamentos junto ao Supremo Tribunal Federal, com vistas à declaração de inconstitucionalidade de alguns pontos da reforma sindical contidos na Lei 13.467/2017, sobretudo, no particular deste Parecer. Isto porque a jurisprudência do STF, considerando historicamente Contribuição Sindical uma espécie de tributo, não abonaria a forma como ocorreu sua extinção. O resultado do julgamento, no entanto, foi pela improcedência de todas as ações ajuizadas nesse sentido. Logo, a extinção da Contribuição Sindical foi considerada constitucional pelo STF, jogando por terra o último fio de esperança da classe trabalhadora.

Formas alternativas de contribuição vêm sendo propostas. Entretanto, quase todas estão sendo contestadas pelo Ministério Público do Trabalho – MPT e também pelo próprio STF.

Nesse contexto penoso para as entidades sindicais, parece-nos pertinente que o Instituto dos Advogados Brasileiros se pronuncie sobre o tema. Na nossa histórica e combativa Instituição há Comissões competentes para apreciar a matéria, notadamente as Comissões de Direito Coletivo do Trabalho e Direito Sindical, Direito do Trabalho e Direito Constitucional, desde que, esperamos, seja constatada a sua relevância e aprovada a Indicação pelo plenário da Casa de Montezuma.

Sr. Presidente.

Na exposta conformidade, vimos submeter à sua apreciação a Indicação acabada de ser apresentada, atinente à busca de alternativas legais de custeio para o sistema



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara . 210 . 5º andar . 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

confederativo de representação sindical. Assinalamos, por último, que não há espaço mais apropriado para ocorrência desse debate do que esta Casa, magistralmente presidida por V. Exa., mormente pela presença dos mais qualificados juristas do país, motivo de orgulho para os seus integrantes e do imenso prestígio nacional e internacional que ostenta.

Solicito, destarte, que V.Exa. submeta a proposta ao plenário para a apreciação da pertinência.

Marcus Vinicius Cordeiro
Presidente da Comissão de Direito Coletivo
do Trabalho e Direito Sindical